

# Centro Social de Alfarelos



## Centro Social de Alfarelos

**Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal**

**ANO DE 2025**

# Centro Social de Alfarelos

Anexo

31 de Dezembro de 2025

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Ativos fixos tangíveis .....	15
5	Ativos intangíveis .....	16
6	Custos de empréstimos obtidos .....	16
7	Inventários .....	17
8	Rendimentos e gastos .....	18
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	18
10	Subsídios e outros apoios das entidade públicas .....	18
11	Instrumentos financeiros .....	19
12	Benefícios dos empregados .....	19
13	Acontecimentos após a data do balanço .....	20
14	Agricultura .....	20
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	20
16	Outras divulgações .....	20
16.1	Investimentos Financeiros .....	20
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	20
16.3	Clientes e Utentes .....	21
16.4	Outras contas a receber .....	21
16.5	Diferimentos .....	22
16.6	Outros Ativos Financeiros .....	22
16.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	22
16.8	Fundos Patrimoniais .....	22
16.9	Fornecedores .....	23
16.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	23
16.11	Outras Contas a Pagar .....	23
16.12	Outros Passivos Financeiros .....	24
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	24
16.14	Fornecimentos e serviços externos .....	24

16.15 Outros rendimentos.....	25
16.16 Outros gastos.....	25
16.17 Resultados Financeiros .....	26
16.18 Acontecimentos após data de Balanço .....	26

## **1 Identificação da Entidade**

---

O “Centro Social de Alfarelos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 236, Série III publicado em 14 de Outubro de 1981, com sede em Rua do Cemitério n.º 1 3130-001 Alfarelos. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Aspecto Social;
- Aspecto Recreativo
- Aspecto Desportivo;
- Aspecto Cultural;
- Aspecto Formativo.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

**3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

**3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

**3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada
Terrenos e Recursos Naturais	20
Edifícios e outras Construções	20
Equipamento Básico	8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

#### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

#### **3.2.6 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não

será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

### **3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações Financeiras;
- Locações Operacionais.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

#### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

## 4 Ativos fixos tangíveis

### Bens do domínio público

### Bens do património histórico, artístico e cultural

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
<b>Custo</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	161.058,43 €					161.058,43 €
Edifícios e outras Construções	1.443.084,21 €					1.443.084,21 €
Equipamento basico	230.945,169 €	13.259,40 €				244.204,56 €
Equipamento de Transporte	319.872,65 €					319.872,65 €
Equipamento Biologico						
Equipamento Administrativo	80.660,98 €					80.660,98 €
Outros Ativos fixos tangíveis	9.101,66 €		-1.008,44 €			8.093,22 €
<b>Total</b>	<b>2.244.723,09 €</b>	<b>13.259,40 €</b>	<b>-1.008,44 €</b>			<b>2.256.974,05€</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais						
Edifícios e outras Construções	666.533,46 €			34.274,32 €		700.807,78 €
Equipamento basico	194.302,88 €			8.871,61 €		203.174,49 €
Equipamento de Transporte	273.514,03 €			9.221,11 €		282.735,14 €
Equipamento Biologico						
Equipamento Administrativo	77.234,41 €			717,96 €		77.952,37 €
Outros Ativos fixos tangíveis	2.948,17 €		-546,24	727,70 €		3.129,63 €
<b>Total</b>	<b>1.214.532,95 €</b>		<b>- 546,24 €</b>	<b>53.812,70 €</b>	<b>- €</b>	<b>1.267.799,41 €</b>

2025						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
<b>Custo</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	161.058,43 €					161.058,43 €
Edifícios e outras Construções	1.443.084,21 €					1.443.084,21 €
Equipamento básico	244.204,56 €	18.344,58 €				262.549,14 €
Equipamento de Transporte	319.872,65 €	56.968,81 €				376.841,46 €
Equipamento Biológico						
Equipamento Administrativo	80.660,98 €	493,00 €				81.153,98 €
Outros Ativos fixos tangíveis	8.093,22 €	682,65 €				8.775,87 €
<b>Total</b>	<b>2.256.974,05 €</b>	<b>76.489,04 €</b>				<b>2.333.463,09 €</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais						
Edifícios e outras Construções	700.807,78 €			29.826,95 €		730.634,73 €
Equipamento básico	203.174,49 €			10.288,60 €		213.463,09 €
Equipamento de Transporte	282.735,14 €			9.221,11 €		291.956,25 €
Equipamento Biológico						
Equipamento Administrativo	77.952,37 €			645,55 €		78.597,92 €
Outros Ativos fixos tangíveis	3.129,63 €			887,18 €		4.016,81 €
<b>Total</b>	<b>1.267.799,41 €</b>			<b>50.869,39 €</b>		<b>1.318.668,80 €</b>

### Propriedades de Investimento

## 5 Ativos intangíveis

### Bens do domínio público

### Outros Ativos Intangíveis

## 6 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Bancários	16.118,39 €	136.581,64 €	152.700,03 €	11.378,98 €	162.800,16 €	174.179,14 €
Loações Financeiras			- €			- €
Descobertos Bancários			- €			- €
Contas Caucionadas			- €			- €
Contas Bancárias de Factoring			- €			- €
Contas Bancárias de letras descontadas			- €			- €
Outros Empréstimos			- €			- €
<b>Total</b>	<b>16.118,39 €</b>	<b>136.581,64 €</b>	<b>152.700,03 €</b>	<b>11.378,98 €</b>	<b>162.800,16 €</b>	<b>174.179,14 €</b>

Anos:	2025			2024		
Descrição	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Corrente	60.260,59 €	1.243,03 €	61.503,62 €	15 282,90 €	1 119,70 €	16 402,60 €
Não Corrente	26.218,52 €	4.840,90 €	31.059,42 €	24 231,07 €	8 005,73 €	32 236,80 €
<b>Total</b>	<b>86.479,11 €</b>	<b>6.083,93 €</b>	<b>92.563,04 €</b>	<b>39 513,97 €</b>	<b>9 125,43 €</b>	<b>48 639,40 €</b>

Entidade Bancária:	N.º Empréstimo	Valor Inicial:	Valor em Dívida 31/12/2025	Data Início:	Data Fim:
Crédito Agrícola	5641670266	500.000,00 €	136.581,64€	07/03/2008	07/12/2030
Novo Banco	0770133289	65.000,00 €	16.118,39 €	04/04/2025	04/04/2029

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Mercadorias	15.822,94 €	194.735,62 €	-988,53 €	19.560,25 €	191.173,56 €	€	17.429,83 €
Materias-Primas, subsidiarias e de consumo							
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
<b>Total</b>	<b>15.822,94 €</b>	<b>194.735,62 €</b>	<b>-988,53 €</b>	<b>19.560,25 €</b>	<b>191.173,56 €</b>	<b>€</b>	<b>17.429,83 €</b>

CMVMC				190 009,78 €			193.303,98 €
Variações nos Inventários da produção							

## 8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
<b>Vendas:</b>	0,00 €	0,00 €
<b>Prestação de Serviços:</b>	1.883.831,50 €	1 736 260,05 €
Quotas de utilizadores,matriculas e mensalidades Utentes	754.561,51€	708 966,81 €
Quotas e Joias	6.915,00 €	4 612,00 €
Serviços Secundários	29.556,81 €	28 038,08 €
Material Clínico	576,80 €	302,90 €
Acordos e Protocolos de Cooperação	1.092.221,38 €	994 340,26 €
Creche	276.637,36 €	236 318,64 €
Pre-Escolar	172.081,67 €	161 366,44 €
CATL	22.564,70 €	21 331,57 €
Centro Dia	64.606,44 €	58 692,34 €
SAD	276.440,31 €	290 979,31 €
ERPI	279.890,90 €	225 651,96 €
<b>Subsidios, doações e legados á exploração:</b>	56.856,67 €	47 341,95 €
<b>Ganhos por aumento de justo valor</b>	0,00 €	0,00 €
<b>Aumentos/Reduções de Justo Valor</b>	37,25 €	- 31,40 €
<b>Outros Rendimentos</b>	66.814,59 €	52 076,20 €
<b>Juros</b>	2.414,15 €	18,92 €
<b>Total</b>	<b>2.009.954,16 €</b>	<b>1.835.665,72 €</b>

## 9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

## 10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Entidades do sector Administrativo - A Receber	2025	2024
<b>IEFP :</b>	16.788,71 €	17.449,48 €
Cei's	0,00 €	13.505,52 €
Medida Estágio Integração	0,00 €	3.943,96 €
Medida + Inclusão	13.035,45 €	0,00 €
Medida Emprego Apoiado Mercado Aberto	3.753,26 €	0,00 €
<b>Instituto da Segurança Social. I.P :</b>	19.500,00 €	7.500,00 €
Mobilidade Verde	19.500,00 €	7.500,00 €
<b>Município de Soure :</b>	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>36.288,71 €</b>	<b>24.949,48 €</b>

<b>Subsídios, Doações e Legados à exploração</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Subsídios Entidades Publicas</b>	<b>18.392,30 €</b>	<b>10 536,92 €</b>
ISS, IP - Centro Distrital	0,00 €	0,00 €
Cantinas Sociais	10.587,42 €	10 203,75 €
Ajuda Alimentar	7.804,88 €	333,17 €
<b>Subsídios de outras Entidades</b>	<b>30.209,92 €</b>	<b>29 327,45 €</b>
IEFP	19.667,92 €	19 597,45 €
Município de Soure	8.642,00 €	8 830,00 €
Junta Freguesia Alfarelos	1.900,00 €	900,00 €
<b>Doações e Heranças</b>	<b>8.254,45 €</b>	<b>7 477,58 €</b>
<b>Total</b>	<b>56.856,67 €</b>	<b>47 341,95 €</b>

## 11 Instrumentos financeiros

## 12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente "5" e "5".

Os órgãos directivos não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31/12/2025 foi de 70 e em 31/12/2024 foi de 76.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Remuneração Orgão Sociais</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Remuneração ao Pessoal</b>	<b>1.048.642,92 €</b>	<b>964.604,68 €</b>
Remunerações Certas	953.215,93 €	866.516,38 €
Remunerações Variáveis	77.184,63 €	75.358,98 €
Estágios / CEI'S	18.242,36€	22.729,32 €
<b>Benefícios Pós- Emprego</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Indemnizações</b>	<b>1.392,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Encargos sobre as Remunerações</b>	<b>228.056,02€</b>	<b>213.748,62 €</b>
<b>Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais</b>	<b>17.981,10 €</b>	<b>18.078,92 €</b>
<b>Gastos de Ação Social</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Outros Gastos com pessoal</b>	<b>5.706,99 €</b>	<b>6.167,39 €</b>
<b>Total</b>	<b>1.301.779,03 €</b>	<b>1.202.599,61 €</b>

### 13 Acontecimentos após a data do balanço

### 14 Agricultura

### 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025			2024		
	N.º Unidades	Cotação	Valor	N.º Unidades	Cotação	Valor
Fundo Compensação Trabalho	1393,71719	1,15500 €	1.609,74 €	1393,71719	1,12827 €	1.572,49 €

#### 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Fundadores/Associados/Membros em curso	520,00 €	510,00 €
Doadores - Em curso		
Patrocinadores		
Quotas	3.968,00 €	2.627,00 €
Financiamentos Concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
<b>Total</b>	<b>4.488,00 €</b>	<b>3.137,00 €</b>

<b>Passivo</b>		
Fundadores/Associados/Membros em curso	0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos - Fundador/doador	0,00 €	0,00 €
Outras operações	0,00 €	0,00 €
Resultados Disponíveis	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

### 16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

<b>Clientes e utentes C/C</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Clientes Gerais:</b>	<b>1.034,63 €</b>	<b>0,00 €</b>
Junta Freguesia Alfarelos	1.034,63 €	0,00 €
<b>Utentes:</b>	<b>46.993,11 €</b>	<b>52 435,60 €</b>
<b>Total</b>	<b>48.027,74€</b>	<b>52 435,60 €</b>

### 16.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores	- €	- €
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>	<b>11.414,56 €</b>	<b>25 402,58 €</b>
Juros a Receber	436,53 €	0,00 €
SS - Comparticipação familiar Creche	4.127,20 €	8 383,90 €
SS - Comparticipação Vagas cativas	3.345,13 €	1 198,45 €
SS - Cantinas Sociais	487,32 €	1 162,50 €
SS – Complementar p/Crianças c/Deficiencia	109,38 €	
SS – Compart Baixa Densidade	2.909,00 €	
SS - Compensação Salarial Educadoras	0,00 €	14 657,73 €
Município de Soure	- €	- €
Outras Receitas Diferidas	- €	- €
Outras operações	- €	- €
<b>Outros Devedores</b>	<b>2.845,08 €</b>	<b>3 448,85 €</b>
Utentes - faturas	2.845,08 €	3 084,35 €
Outros Devedores	0,00 €	364,50 €
<b>Total</b>	<b>14.863,41 €</b>	<b>28 851,43 €</b>

## 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	9.260,89 €	8 131,22 €
Outras despesas com custo diferido	7.232,40 €	12 044,42 €
<b>Total</b>	<b>17.865,71€</b>	<b>20 175,64 €</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Quotas Associados	60,00 €	20,00 €
IEFP	16.580,76 €	16 015,53 €
Outras Receitas com proveito Diferido	- €	- €
<b>Total</b>	<b>16.640,76 €</b>	<b>16 035,53 €</b>

## 16.6 Outros Ativos Financeiros

### 16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Caixa:</b>	<b>200,00 €</b>	<b>200,00 €</b>
<b>Depósitos à Ordem:</b>	<b>117.028,11€</b>	<b>34 674,35 €</b>
Crédito Agrícola	94.241,40 €	20.706,33 €
Novo Banco	9.368,37 €	883,95 €
Montepio Geral	0,00 €	1.000,00 €
BPI	13.418,34 €	12.084,07 €
<b>Depósitos a Prazo:</b>	<b>163.609,70 €</b>	<b>72 000,00 €</b>
Crédito Agrícola	50.609,70 €	0,00 €
Novo Banco	113.000,00 €	0,00 €
Montepio Geral	0,00 €	72.000,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>280.837,81 €</b>	<b>106 874,35 €</b>

## 16.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	4 344,24 €	0,00 €	0,00 €	4 344,24 €
Excedentes Técnicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	403.239,77 €	8.744,16 €	0,00 €	411.983,93 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	395.600,12 €	65.000,00 €	16.126,73 €	444.473,39 €
<b>Total</b>	<b>803.184,13 €</b>	<b>73.744,16 €</b>	<b>16.126,73 €</b>	<b>860.801,56 €</b>

**16.9 Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	24.443,62 €	44 938,66 €
Fornecedores Títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>24.443,62 €</b>	<b>44 938,66 €</b>

**16.10 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) - Reembolso	2.338,68 €	2.051,83 €
Outros Impostos e Taxas		
Estado e Outros Entes Públicos		
<b>Total</b>	<b>2.338,68 €</b>	<b>2.051,83 €</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	324,07€	110,31 €
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	4.923,93 €	5 588,47 €
Segurança Social	24.677,59 €	23 892,86 €
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>29.925,59 €</b>	<b>29.591,64 €</b>

**16.11 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>0,00 €</b>	<b>185.408,40 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>155 598,56 €</b>
Remuneração a pagar	0,00 €	183.669,70 €	0,00 €	155 372,37 €
Honorário a liquidar	0,00 €	1.475,00 €	0,00 €	0,00 €
Cauções	0,00 €	127,32 €	0,00 €	109,83 €
Sindicato	0,00 €	136,38 €	0,00 €	116,36 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Fornecedores de Investimento</b>	<b>0,00 €</b>	<b>14.759,32 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>2 002,09 €</b>
<b>Credores por acréscimo de Gastos</b>	<b>0,00 €</b>	<b>14.001,14 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Outros Credores</b>	<b>0,00 €</b>	<b>16.309,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>14 504,88 €</b>
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>230.478,59 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>172 105,53 €</b>

**16.12 Outros Passivos Financeiros****16.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

<b>Subsídios, Doações e Legados à exploração</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Subsídios Entidades Publicas</b>	<b>18.392,30 €</b>	<b>10 536,92 €</b>
ISS, IP - Centro Distrital	0,00 €	0,00 €
Cantinas Sociais	10.587,42 €	10 203,75 €
Ajuda Alimentar	7.804,88 €	333,17 €
<b>Subsídios de outras Entidades</b>	<b>30.209,92 €</b>	<b>29 327,45 €</b>
IEFP	19.667,92 €	19 597,45 €
Município de Soure	8.642,00 €	8 830,00 €
Junta Freguesia Alfarelos	1.900,00 €	900,00 €
<b>Doações e Heranças</b>	<b>8.254,45 €</b>	<b>7 477,58 €</b>
<b>Total</b>	<b>56.856,67 €</b>	<b>47 341,95 €</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" a receber estão de forma mais exaustiva na Nota 10.

**16.14 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Subcontratos	0,00 €	0,00 €
Serviços Especializados	137.542,18 €	148.998,11 €
Materiais	9.947,15 €	7 157,99 €
Energia e Fluidos	80.527,87€	81 793,30 €
Deslocações, Estadas e Transportes	115,80 €	346,15 €
Serviços Diversos	65.125,44 €	66 613,98 €
<b>Total</b>	<b>293.258,44 €</b>	<b>304.909,53 €</b>

**16.15 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Rendimentos Suplementares	17.566,40 €	12.741,15 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	551,23 €	437,83 €
Recuperação de Dividas a Receber		
Ganhos em Inventários		
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos:	48.696,96 €	38.897,22 €
Correções Relativas a períodos Anteriores	8.555,67 €	1.632,26 €
Imputação de Subsídios ao Investimento	16.126,73 €	16.268,36 €
Outros não especificados	24.014,56 €	20.996,60 €
<b>Total</b>	<b>66.814,59 €</b>	<b>52 076,20 €</b>

**16.16 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Impostos Indirectos/Taxas	6.370,68 €	4.838,53 €
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Incobreveis	274,35 €	
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiária. Associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros		
Gastos em investimentos não financeiros		462,20 €
Outros gastos	29.449,00 €	61.059,82 €
Correções Relativas a períodos anteriores	29.049,00 €	60.659,82 €
Quotizações	400,00 €	400,00 €
<b>Total</b>	<b>36.094,03 €</b>	<b>66 360,55 €</b>

**16.17 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2025 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos suportados</b>		
Juros suportados	6.285,93 €	9 157,39 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	202,00 €	72,00 €
<b>Total</b>	<b>6.285,93 €</b>	<b>9.229,39 €</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2.404,15 €	8,92 €
Dividendos Obtidos		
Outros rendimentos similares	10,00 €	10,00 €
<b>Total</b>	<b>2.414,15 €</b>	<b>18,92 €</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-3.881,78 €</b>	<b>-9 210,47 €</b>

**16.18 Acontecimentos após data de Balanço**


Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direcção em 03/03/2026

Alfarelos, 27 de Março de 2026

O Contabilista Certificado



A Direcção



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2 e 4	1 014 794,29	989 174,64
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	16.1	1 609,74	1 572,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Investimentos em curso		0,00	0,00
		1 016 404,03	990 747,13
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3.2.6 e 7	17 429,83	19 560,25
Créditos a receber	3.2.7 e 16.3/4	68 556,95	81 287,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16.2	4 488,00	3 137,00
Diferimentos	16.5	17 865,71	20 175,64
Outros instrumentos financeiros	0	0,00	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	16.7	280 837,81	106 874,35
Estado e Outros Entes Públicos	16.10	2 338,68	2 051,83
Outros Financiadores		36 288,71	24 949,48
		427 805,69	258 035,58
<b>Total do ativo</b>		1 444 209,72	1 248 782,71
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.9 e 16.8	4 344,24	4 344,24
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16.8	411 983,93	403 239,77
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	16.8	444 473,39	395 600,12
		860 801,56	803 184,13
Resultado líquido do período		128 363,36	8 744,16
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		989 164,92	811 928,29
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	136 581,64	162 800,16
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		136 581,64	162 800,16
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16.9	24 443,62	44 938,66
Clientes	16.3	856,21	3,92
Financiamentos obtidos	6	16 118,39	11 378,98
Diferimentos	16.5	16 640,76	16 035,53
Outro Passivo Corrente	16.11	230 478,59	172 105,53
Estado	16.10	29 925,59	29 591,64
		318 463,16	274 054,26
<b>Total do passivo</b>		455 044,80	436 854,42
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		1 444 209,72	1 248 782,71

A Direcção

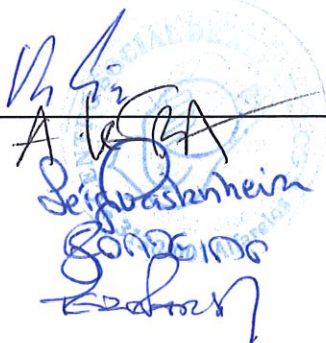
O responsável

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	1.883.831,50	1.736.260,05
Subsídios, doações e legados à exploração	12 / 17.13	56.856,67	47.341,95
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	193.303,98	190.009,78
Fornecimentos e serviços externos	17.14	293.258,44	304.909,53
Gastos com o pessoal	15	1.301.779,03	1.202.599,61
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		37,25	-31,40
Outros rendimentos	17.15	66.814,59	52.076,20
Outros gastos	17.16	36.094,03	66.360,55
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>183.104,53</b>	<b>71.767,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	50.869,39	53.812,70
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>132.235,14</b>	<b>17.954,63</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	2.414,15	18,92
Juros e gastos similares suportados	17.17	6.285,93	9.229,39
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>128.363,36</b>	<b>8.744,16</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>128.363,36</b>	<b>8.744,16</b>


  
 A. L. S. A.



Centro Social de Alfarelos  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		905 884,86	827 746,93
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		472 546,27	474 702,14
Pagamentos ao pessoal		887 620,58	844 060,45
Caixa gerada pelas operações		-454 281,99	-491 015,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-61 173,03	-65 557,68
Outros recebimentos/pagamentos		743 404,49	653 817,18
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		227 949,47	97 243,84
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		69 478,29	17 006,83
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		53 000,00	3 398,76
Juros e rendimentos similares		1 967,62	8,92
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-14 510,67	-13 599,15
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		65 000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		86 479,11	40 234,76
Juros e gastos similares		6 263,36	8 476,64
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		11 732,87	12 984,06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-39 475,34	-61 695,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		173 963,46	21 949,23
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 874,35	84 925,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período		280 837,81	106 874,35

A Direcção  
  
 A. L. COSTA  
 Direcção  
 2025

O Responsável



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores(as) Associados(as):

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Centro Social de Alfarelos, apresenta à Assembleia Geral o relatório relativo ao exercício de 2025 e presta parecer sobre o relatório e as contas relativas ao mesmo exercício.

Para preparação deste documento o Conselho Fiscal contou com toda a colaboração da Direção e do Contabilista Certificado, em funções, que atempadamente proporcionou informação sobre a atividade da Instituição, procedendo à verificação das suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias.

No final do exercício, apreciou e verificou o balanço, a demonstração dos resultados, demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo anexo, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente corretos, a situação da Instituição.

A nossa responsabilidade é de fiscalizar e consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa análise e dar parecer sobre o Relatório e Contas da direção do Centro Social de Alfarelos.

Perante o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

a) Sejam aprovados o relatório e contas de 2025 da Direção;

Alfarelos, 27 de Março de 2026

O CONSELHO FISCAL,

**Presidente do Conselho Fiscal:** Rui Pedro Ferreira Melo

**Vogal:** Bruno Alexandre Cantante dos Santos

**Vogal:** António Manuel Soares Pinto